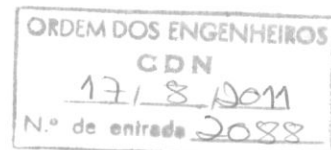




Conselho Directivo Nacional

16.AGO.2011\*

4629



Exmo. Senhor  
Bastonário da Ordem dos Engenheiros  
Engenheiro Carlos Matias Ramos  
Av. António Augusto Aguiar, 3 D

1069-030 LISBOA

*À D. Fernando  
Duarte. Para  
análise e troca de  
impressões. À  
Conferência do Vício.*

**Registado com A/R**

c/c Senhora Presidente da Assembleia da República

*Carlos Engenheiro Matias Ramos,*

*[Signature]*  
11-08-17

Assunto: Lei nº 47/2011, de 27.06; usurpação de competências da OET pela OE

1. A Lei nº 47/2011, de 27 de Junho, procedeu à red denominação da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, associação de direito público criada pelo Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de Setembro, para OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, a qual, de acordo com o estabelecido no nº1 do Artigo 1º do respectivo Estatuto,

*“...é a associação pública representativa dos titulares de um grau académico de curso do ensino superior do 1º ciclo em Engenharia, que exercem a profissão de engenheiro técnico”.*

2. Embora esta disposição legal expresse de forma clara e sem margem para dúvidas que a Assembleia da República legislou e o Presidente da República promulgou, por forma a conferir à OET o exclusivo da representação profissional dos titulares do referido grau académico. Sucede que a Ordem dos Engenheiros (OE) decidiu de “*motu próprio*” passar a admitir a respectiva inscrição como seus membros, o que constitui um acto de manifesto desprezo pelo que foi decidido por aquele órgão de soberania.

3. Para tanto, a OE procedeu à alteração do denominado Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ), e tem vindo a desenvolver, sob diversas formas, uma campanha de divulgação da medida.

A mais recente que se conhece, é a publicitação da realização, no dia 15 de Setembro próximo, pelas 14.30 horas, no grande auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, de uma intitulada sessão de apresentação daquele Regulamento, dirigida à direcção das Escolas de Engenharia e Institutos Politécnicos e aos seus responsáveis académicos, nomeadamente aos níveis de Coordenação Pedagógica, da Direcção de Departamento e da Direcção de Curso.

*[Signature]*



Conselho Directivo Nacional

4. A alteração introduzida pela OE no RAQ, que consubstancia a usurpação de competências que cabem exclusivamente à OET, é duplamente ilegal, porquanto, por um lado se trata de uma simples decisão interna contrária a uma Lei da Assembleia da República e, por outro, porque também viola o nº 1 do Artigo 1º do Estatuto da própria OE.
5. Noutro sentido, a mesma alteração também procede a um reajustamento tático e tardio da forma classista como a OE desde sempre encarou o exercício profissional da Engenharia em Portugal. Porquanto, como é universalmente sabido, a OE, até há poucos dias, sempre sustentou e actuou na base de que só estavam aptos ao exercício profissional da Engenharia com qualidade os titulares de um grau académico com a duração mínima de cinco anos, ou seja, os seus próprios membros.
6. Em boa verdade, porém, tal postura de segregação dos profissionais da Engenharia consoante o grau académico detido ainda se mantém, embora de forma subtil, pois que, como se alcança do conteúdo vago das disposições do RAQ, nomeadamente dos Artigos 16º, 17º, caso a medida vingasse, os titulares do 1º ciclo em Engenharia seguramente que ficariam com um estatuto menor e subalterno perante os membros E2 e E3, matéria que é habilmente omissa no documento que temporariamente esteve disponível no site da OE.
7. Esta decisão da OE, Associação Pública, e como tal com responsabilidades acrescidas na sua acção, para além de ilegal, constitui ainda um erro lamentável que a todos os profissionais de Engenharia prejudica, e que, em última instância, lesa gravemente o prestígio da Engenharia Nacional.
8. Por tudo o exposto, a OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos não podendo deixar passar em claro o seu veemente repúdio por este reprovável procedimento da OE, julga ser oportuno reportar **formalmente** a V. Ex.<sup>a</sup> a sua posição sobre o assunto, a qual será acompanhada das medidas que a OET tiver por convenientes.
9. Anexam-se a posição pública antes tomada pela ex-ANET através dos documentos intitulados Esclarecimento, emanado do pelo seu Presidente, e Comunicado, aprovado conjuntamente pelo Conselho Directivo Nacional, Assembleia de Representantes, nos quais são expendidos de forma mais circunstanciada alguns dos fundamentos em que a OET se baseia para qualificar de ilegal a decisão da OE, ora em apreço.

Com os melhores cumprimentos,

Augusto Ferreira Guedes  
Presidente  
Engenheiro Técnico Civil

Em anexo – os referidos documentos.



## **Esclarecimento sobre quem representa os diplomados com o 1º ciclo dos Cursos de Engenharia**

A ANET tem vindo a ser confrontada nos últimos dias com a seguinte dúvida:

***Os detentores do grau académico de licenciatura, pós-Bolonha, em engenharia (três anos/180 ECTS), podem-se inscrever na ANET/OET ou, também se podem inscrever noutra Ordem?***

A ANET/OET reafirma que, face à lei actual, Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, é a única associação de direito público que representa, legalmente, os detentores de uma licenciatura, pós-Bolonha, em Engenharia:

*“A OET — Ordem dos Engenheiros Técnicos, adiante designada por Ordem, é a associação pública representativa dos titulares de um grau académico de curso de ensino superior do 1.º ciclo em Engenharia, ou de formação equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico.”*

*n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 47/2011*

A ANET não pode deixar passar em claro e, de uma forma inequívoca, que esta exclusividade, conferida pela lei, vem dar força às posições que vem defendendo ao longo de muitos anos e que foram uma das conclusões do 3º congresso da ANET, levado a efeito em 7 e 8 de Julho de 2011:

*“Formações de ciclo curto em engenharia, permitem formar Engenheiros Técnicos, com qualidade e aptos para desempenhar a quase totalidade dos actos de engenharia.”*

Esta posição foi igualmente corroborada por diversas personalidades que intervieram no evento.

É também de realçar que a maioria destes cursos, estão reconhecidos e registados no FEANI INDEX.

A FEANI - Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs, mantém uma listagem das instituições de ensino superior de engenharia dos países europeus representados naquela Federação, bem como os programas dos cursos de engenharia, que estão reconhecidos e registados, como preenchendo os requisitos de formação obrigatória, para atribuição do título EUR ING.

Como se pode verificar na argumentação de todas as partes envolvidas nas audições prévias à criação da OET, e realizadas na Assembleia da República, existiu unânime reconhecimento de que já existia uma associação profissional de direito público (a ANET) representativa dos detentores do 1º ciclo de estudos superiores em Engenharia.

Este facto, está comprovado pela inscrição de mais de dois mil diplomados de primeiro ciclo de ensino superior em engenharia, pós-bolonha, de entre os mais de 22.500 actuais membros. Registados na ANET/OET.



O Decreto-Lei 349/99 de 2 de Setembro, que criou a ANET e que recentemente foi reforçado de uma forma inequívoca, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, que altera a designação e procede à adequação dos estatutos da ANET, transformando-a em Ordem dos Engenheiros Técnicos, deixa claro o quão errado estava quem sustentava a afirmação que só podia exercer Engenharia quem fosse detentor de um curso de 300 ECTS.

A ANET entende que o culminar do seu processo de transformação em Ordem dos Engenheiros Técnicos, com a aprovação da Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, constitui o reconhecimento da correcção e justeza da linha de orientação, que desde sempre defendeu, considerando, ainda, que esta Lei corresponde ao reconhecimento da qualidade do desempenho profissional de todos os Engenheiros Técnicos, sejam eles Bacharéis, Licenciados, Mestres ou Doutores em Engenharia, e, concomitantemente, desautoriza todos os que vinham pretendendo o desprestígio das suas qualificações, formações e desempenhos do exercício profissional.

Todas as tomadas de posição, que pretendem contrariar o normal desenvolvimento da legislação aprovada, pecam no entanto, mais uma vez, pelo vazio em que se traduzem, não clarificando nada e, como tal, parecem configurar uma campanha de publicidade enganosa, ou uma manobra de diversão.

Obviamente que as decisões contrárias à lei podem compagnar, na nossa opinião, uma tentativa de aliciar os detentores do 1º ciclo de cursos de Engenharia pós-Bolonha, quando, de facto, o que todos devíamos fazer era ajudar as escolas a propiciar uma melhor formação em engenharia.

A representação dos profissionais detentores dessas habilitações cabe por força de lei em exclusivo à OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, pelo que tudo o mais é ilegal.

No entanto, não nos cabe a nós intervir nessa matéria pois Portugal é um estado de direito democrático. Ao Parlamento, ao Governo e ao Poder Judicial, cabe zelar pelo cumprimento da lei na defesa do interesse público.

De qualquer modo, lamentamos que entidades terceiras tentem usurpar atribuições que estão cometidas à Ordem dos Engenheiros Técnicos.

A ANET mantém a serenidade e a elevação de quem sabe ter a razão do seu lado. Temos a certeza que o bom senso vai imperar e sugerimos àqueles, que querem seguir em direcções menos próprias, para que tenham a lucidez de não enveredar por caminhos de incumprimento, os quais podem, inclusivamente, colocar em causa a sua legalidade e em última instância, prejudicar o prestígio da Engenharia nacional.

A Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET) passou a ser a Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), após promulgação dos novos estatutos.

Muitas ordens conservam princípios corporativos, que no zelo patenteado no acesso ao exercício da profissão que regulam, mais não fazem do que dificultar ou mesmo impedir os mais jovens de aceder ao mercado de trabalho, "inventando" exames, e outros mecanismos que não são mais que uma tentativa de controlo do mercado.

A OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, no respeito institucional para com as instituições do ensino superior, não vai realizar exames de admissão aos diplomados, do 1.º ciclo dos cursos superiores de engenharia, mantendo um processo pró-activo de colaboração com as instituições académicas.

O Presidente da ANET



## COMUNICADO

Têm chegado à ANET – Associação Nacional do Engenheiros Técnicos, pedidos de esclarecimento oriundos de diversos quadrantes, em que é questionado, tendo em conta o quadro legal actualmente em vigor, qual é o âmbito da representatividade das duas Associações Públicas representativas dos titulares de graus académicos do ensino superior na área da Engenharia.

Sobre este assunto a ANET esclarece:

1. Os profissionais da área da Engenharia são actualmente representados por duas Associações Profissionais de Direito Público, a ANET, para os Engenheiros Técnicos<sup>1</sup> e a Ordem dos Engenheiros (OE), para os Engenheiros.
2. O nº 1 do Artigo 1º do Estatuto da OE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/92, de 30 de Junho, dispõe que a OE “.. é a associação pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro”.
3. Por seu lado, o nº 1 do Artigo 1º do Estatuto da ANET, aprovado pelo Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de Setembro, prescreve que a ANET “...é a associação pública representativa dos detentores de bacharelato em Engenharia, ou formação legalmente equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico”.
4. Ambos os diplomas legais referidos nos números anteriores foram publicados na vigência da primitiva redacção da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), cujo Artigo 13º, para o que por ora interessa, estabelecia que no

---

<sup>1</sup> Engenheiro Técnico é um membro efectivo da ANET/OET que, nos termos de múltiplos diplomas legais e regulamentares, nos quais avultam a Lei nº 31/2009, de 3 de Julho e a Portaria nº 1379/2009, de 30 de Outubro, se encontra habilitado a praticar um vasto e diversificado conjunto de actos de engenharia da sua especialidade, tais como os relacionados com a elaboração, execução, fiscalização e direcção técnica de estudos e projectos.

Sendo possuidor de uma sólida formação de base (matemática, física...) e de competência para aplicar as ciências da engenharia, a sua capacidade de concepção de soluções, de gerir, planejar, executar e fiscalizar, também o habilitam a desempenhar uma acção relevante de interface com outras especialidades profissionais envolvidas na concepção e execução de projectos



ensino universitário são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor (nº3), e no ensino politécnico é conferido o grau de bacharel (nº 4).

5. De tudo o anteriormente exposto resulta, o que nunca foi contestado por quem quer que fosse, que os âmbitos da representatividade profissional da ANET e da OE ficaram consagrados nos respectivos Estatutos, de forma clara e de acordo com a lei.
6. A OE, ao longo dos anos entretanto decorridos, sempre actuou, e bem, de acordo com o pressuposto de base inicial de que a licenciatura que permite a inscrição na OE, é exclusivamente aquela que é conferida por um curso superior do ensino universitário e politécnico com a duração de cinco anos (300 ECTS).
7. Entretanto, a diversa legislação de enquadramento do ensino superior registou sucessivas alterações e inovações, das quais se salienta o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, o qual, em execução do processo de Bolonha, estabelece os novos graus académicos do ensino superior, merecendo registo os seguintes aspectos do seu conteúdo:
  - a) No ensino superior politécnico, são conferidos os graus académicos de licenciado e de mestre (nº1 do Artigo 4º); o ciclo de estudos [1º] conducente ao grau de licenciado tem uma duração normal de seis semestres de trabalho curricular dos alunos (nº 1 do Artigo 8º);
  - b) No ensino superior universitário, são conferidos os graus académicos de licenciado, mestre e doutor (nº 2 do Artigo 4º); o ciclo de estudos [1º] conducente ao grau de licenciado tem uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho dos alunos (nº 1 do Artigo 9º); podem candidatar-se ao acesso do ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre, os titulares de grau de licenciado ou equivalente legal (alínea a) do nº 1 do Artigo 17º); o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre tem uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos (nº 1 do Artigo 18º).
8. A Portaria n.º 325/2000, de 8 de Junho, que aprova a lista das profissões regulamentadas, bem como das autoridades que, para cada profissão são competentes para receber, apreciar e decidir dos pedidos formulados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 396/99,





## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

de 13 de Outubro, que transpõe para o direito português a Directiva n.º 89/48/CEE, de 21 de Dezembro de 1988, relativa ao reconhecimento mútuo de diplomas do ensino superior, quanto ao sector profissional técnico e científico da Engenharia, estabelece que são autoridades competentes na matéria relativamente aos engenheiros e engenheiros técnicos, respectivamente, a OE e a ANET.

9. Também importa ter em conta que a Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho, que regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais, coloca no mesmo plano o bacharelato e a licenciatura, por a ambos fazer corresponder o mesmo nível de qualificação (6).
10. Recentemente, a Assembleia da República, através da Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, alterou a designação da ANET para OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, a qual, de acordo com a nova redacção do n.º 1 do Artigo 1º do Estatuto, “... é a associação pública representativa dos titulares de um grau académico de curso de ensino superior do 1º ciclo em Engenharia, ou de formação equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico”.
11. Da conjugação de todos os anteriores considerandos e preceitos legais referidos, resulta sem margem para dúvidas o seguinte:
  - a) Os actuais ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado pelo ensino superior politécnico e pelo ensino superior universitário (180 ECTS) correspondem à duração do antigo grau de bacharel (três anos), sendo praticamente iguais no caso do ensino superior politécnico.
  - b) No ensino superior universitário, atendendo também às durações dos ciclos de estudos a considerar, o actual grau de mestre (300 ECTS) corresponde ao anterior grau de licenciado em curso com a duração de cinco anos;
  - c) As licenciaturas em Engenharia referidas na alínea a) permitem apenas o acesso à profissão de engenheiro técnico;
  - d) A representação profissional dos detentores dessas licenciaturas (1º ciclo em Engenharia), e também dos detentores de bacharelato, compete, por força de lei, e em exclusivo, à OET-Ordem dos Engenheiros Técnicos.
  - e) A representação profissional dos detentores das licenciaturas pré-Bolonha e dos actuais mestrados, cabe à OE.



12. A ANET sublinha que desde sempre defendeu que aos graus académicos de bacharel e de licenciado, e de mestre e doutor, devem corresponder, respectivamente, os títulos profissionais de Engenheiro Técnico e de Engenheiro.
13. A ANET não pode neste momento deixar de salientar que a exclusividade legal da sua representatividade profissional, bem como a da sua sucessora OET, traduzem o reconhecimento da absoluta bondade da posição que a ANET tem vindo a defender desde a sua criação, e que igualmente foi reiterado no seu 3º Congresso recentemente realizado: É possível formar engenheiros técnicos com qualidade em ciclo curto.
14. Na argumentação de todas as partes envolvidas nas audições prévias à criação da OET, e realizadas na Assembleia da República, existiu um unânime reconhecimento de que já existia uma Associação Profissional de direito público (a ANET), representativa dos detentores do 1º ciclo de estudos superiores em Engenharia (180 ECTS).
15. A transformação da ANET em OET, e a reformulação do âmbito da exclusividade da sua representação profissional, deixam bem claro quanto estava errado o entendimento de quem sustentava que o exercício da Engenharia deveria estar reservado a quem fosse detentor de um curso superior com o mínimo de 300 ECTS.
16. Por tudo o exposto, a ANET, e seguramente a OET, actuarão em conformidade para denunciar quaisquer tentativas de usurpação de qualquer das atribuições e competências que a lei atribui, em exclusividade, à OET.
17. A ANET mantém a serenidade e a elevação de quem sabe que a razão está do seu lado, e manifesta a expectativa de que tais práticas de usurpação de competências não venham a ocorrer, hipótese em que, em última instância, resultariam gravemente prejudicados os cidadãos abrangidos pelas mesmas práticas, e bem ainda o prestígio da Engenharia Nacional.

Lisboa, 23 de Julho de 2011

Aprovado em reunião conjunta do Conselho Directivo Nacional,  
Assembleia de Representantes e Conselho da Profissão